

O PAPEL DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PERANTE A INTEGRALIZAÇÃO LEGAL DE PROMOÇÃO A SAÚDE DOS ESCOLARES: PESQUISA-AÇÃO

Camila Souza Porto ¹
Emeson Farias Araujo Santos ²
Amanda Porto Amaral ³

RESUMO

O investimento em educação é uma estratégia essencial para o desenvolvimento de ações preventivas para incentivar condições de vida mais saudáveis e promover um status de qualidade à população. Dessa forma, as instituições de ensino devem elaborar ações que visem à promoção a saúde dos escolares, proporcionando o pensamento crítico, para torná-lo capaz de tomar as decisões de forma correta frente às problemáticas. Portanto, para determinar se uma escola situada na zona rural no Estado de Alagoas oficialmente promovia educação em saúde, foi caracterizado o Projeto Político-Pedagógico, além de elaboradas normativas e orientações pedagógicas sobre promoção de saúde aos escolares e servidores da instituição. Este trabalho foi baseado na pesquisa-ação, realizado entre o mês de Agosto de 2019 a abril de 2020 em uma escola municipal do Ensino Fundamental Anos Iniciais. Quanto aos aspectos de promoção à saúde da criança, não houve uma preocupação explícita e direta em proporcionar uma educação em saúde na instituição. Com auxílio da comunidade escolar, pais, alunos e outros atores na comunidade local foram descrito no projeto político-pedagógicos alguns objetivos e metas para promoção a saúde dos estudantes e servidores na instituição de ensino. O referido trabalho pode implicar na construção de um projeto politizado, voltado as reais necessidades da comunidade local, fortalecendo um PPP autônomo e democrático.

Palavras-chave: Educação, Aprendizagem, Currículo, Ensino, Democracia.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, quanto mais cedo incia-se um estilo de vida com hábitos saudáveis, maior será as possibilidades de se ter uma melhor qualidade de vida (SÁ et al., 2016; MENDES; FERNANDEZ; SACARDO, 2016; SIQUEIRA et al., 2017). Por tanto, é necessário a elaboração de estratégias que incentivem comportamentos saudáveis, como alimentação rica em nutrientes funcionais e prática de exercícios físicos (SIQUEIRA et al., 2017). O investimento em educação é uma estratégia essencial para o desenvolvimento de ações preventivas, os quais incentivam condições de vida mais saudáveis e promovem um *status* de qualidade à

¹ Doutora do Curso de Biotecnologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, camila.porto@penedo.ufal.br;

² Graduando pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, emeson.araujo.santos@email.com;

³ Graduada do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, portoamanda13@email.com;

população (SIQUEIRA et al., 2017; LOPES; NOGUEIRA; ROCHA, 2018). No entanto, o grande desafio da medicina preventiva na promoção do bem-estar é a falta de implementação das legislações governamentais e de fiscalização em relação a inclusão de ações educativas em saúde nas instituições de ensino (OLIVEIRA et al., 2017; LOPES; NOGUEIRA; ROCHA, 2018).

Trabalhar a saúde preventiva desde a primeira infância é fundamental para a melhor efetividade na adoção de hábitos saudáveis (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020), dessa forma, as instituições de ensino devem elaborar ações que visem à promoção a saúde dos escolares, assim, proporcionando-os o pensamento crítico e tornando-os capaz de tomar as decisões de forma correta frente às problemáticas (MENDES; FERNANDEZ; SACARDO, 2016; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento oficial que normatiza e orienta as práticas pedagógicas da escola (BRASIL, 2020), logo se faz necessária a elaboração de normativas que orientem a execução de ações educacionais relacionadas a saúde na prevenção e promoção da qualidade de vida dos estudantes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Além disso, é previsto em lei a autonomia e o dever de cada instituição em elaborar e executar sua própria proposta pedagógica, levando em consideração a particularidade e as demandas de sua instituição (ASHTON; MAH; RIVERS, 2019). O currículo escolar baseado em saúde, desenvolvimento e direitos humanos é uma alternativa para uma melhor integralização do sujeito com a instituição de ensino (SCHAUB; HENCK; BAKER, 2017). Além de que, o currículo deve ser especializado a partir do contexto da comunidade em que a escola está inserida (YOUNG, 2014; ASHTON; MAH; RIVERS, 2019).

Em 2019, foram reportados alguns problemas mundiais que afetam a saúde da população, entre eles: a ausência de atenção primária de saúde, por exemplo o atendimento ineficaz; e doenças crônicas, responsáveis por 70% das mortes mundialmente relatadas no ano de 2019 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2019). Dentre as doenças crônicas, as doenças cardiovasculares são uma das principais causas de morte, que ocorrem por alguns fatores de risco, como má alimentação, excesso de sódio, diabetes e sedentarismo (BRASIL, 2018a; BRASIL, 2018b). Estudos recentes apontam a relação da má alimentação nutricional, em alguns municípios do Estado de Alagoas, com a alta prevalência de obesidade e o surgimento das doenças cardiovasculares, isso sem adicionar as condições de saúde dos antecedentes familiares (FERREIRA et al., 2019; LIMA et al., 2020). As enfermidades cardiovasculares e seus

fatores de risco podem ser prevenidos ou retardados como na maioria das doenças, por meio de comportamento alimentar adequado e a prática do exercício físico (OPAS, 2017). Para tanto, essas pessoas devem ter acesso a informação correta para compreender a definição e aplicação da alimentação adequada no cotidiano e os tipos ideias de exercício físico a cada necessidade individual (ALBUQUERQUE et al., 2016; FERREIRA; NASCIMENTO; GENESTRA, 2017).

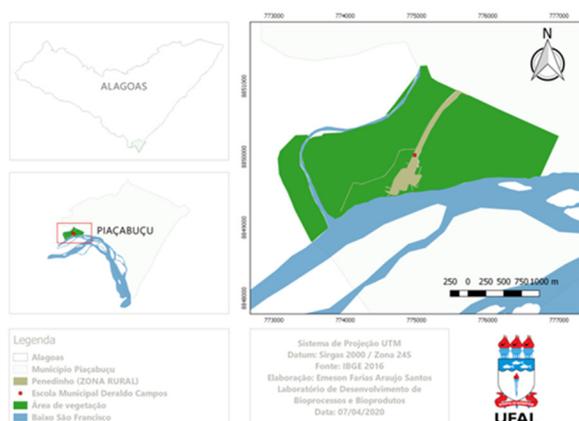
Apesar de haver estudos que afirmem a prevalência de doenças no Estado de Alagoas, não são reportadas medidas preventivas na primeira infância, como inclusão de ações educativas na promoção a saúde dessa população, principalmente a normatização de diretrizes oficiais nas instituições de ensino, para compreender melhor as causas da alta prevalência de doenças crônicas. Portanto, foi caracterizado esse Projeto Político Pedagógico para verificar se esta escola situada na zona rural do Estado de Alagoas promove a educação relacionada e adequada as normativas de saúde, bem como atualizar e adequar esse para garantir a promoção de saúde aos escolares e aos servidores da instituição.

METODOLOGIA

Área de estudo e aspectos éticos

O estudo foi realizado entre o mês de Agosto de 2019 e Abril de 2020, em uma escola municipal do Ensino Fundamental Anos Iniciais, localizado na zona rural, em uma comunidade ribeirinha do município de Piaçabuçu, Alagoas (figura 1). Esse trabalho foi baseado na pesquisa-ação, uma vez que teve por objetivo investigar e atualizar o projeto político-pedagógico da escola no contexto de educação em saúde (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Figura 1. Mapa de localização da comunidade (zona rural) e escola que foi executado a pesquisa. **Fonte:** Autor, 2020.



O PPP foi caracterizado como documento digital e escrito de arquivo público, disponibilizado pela gestão da escola alvo, assegurado pela Lei de Acesso à Informação Pública (LAI) (BRASIL, 2011). Na qual essa regulamenta a consulta de dados públicos para acesso aos cidadãos, assim fortalecendo o Estado Democrático (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020), uma vez que a instituição pública deve encarar esse momento tanto como um direito da sociedade ou como um elemento fundamental para a fiscalização do cumprimento de deveres (GUEDES, 2014).

De acordo com a Resolução 466/12 CNS-CONEP (Conselho Nacional de Saúde / Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), esse trabalho não se enquadra nas exigências de aplicação ao Comitê de Ética em Pesquisa, visto que envolve apenas dados de acesso público, além de irrestrito (UFAL, 2020).

Coleta e análise dos dados do PPP

Foram adotados os princípios de Mallmann (2015) para a construção de estratégias de registro de informações (dados) e para a análise e interpretação analítica das informações obtidas do PPP da escola já mencionada (MALLMANN, 2015). Foram elaborados alguns parâmetros estratégicos para a coleta de dados, como mostra o (Tabela 1).

Tabela 1. Questões norteadoras para a análise do Projeto Político-Pedagógico para Ação de Extensão “Educação em Saúde (2019)”.

Áreas de Operacionalização:

Qual o ano de construção e/ou atualização do Projeto Político-Pedagógico da escola?

O documento foi aplicado à realidade local?

O documento faz menção sobre saúde na escola?

A gestão democrática está presente no projeto?

O corpo do documento contempla a interdisciplinaridade no contexto de educação em saúde quer de forma generalista e/ou específica?

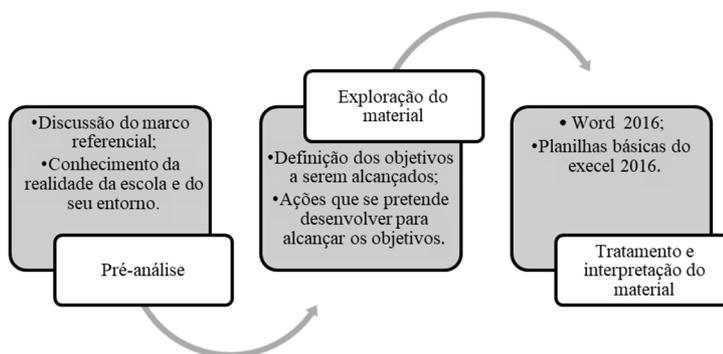
O Projeto Político-Pedagógico orienta sobre práticas educativas na prevenção as doenças que tem na comunidade que a escola está inserida?

O Projeto Político-Pedagógico orienta e/ou apresenta indicações sobre temas estratégicos de doenças para a implantação de normativas para promoção a saúde da comunidade escolar?

Fonte: Mallmann, 2015 (Com adaptações).

O conteúdo extraído do Projeto Político-Pedagógico foi analisado conforme as orientações de Bardinn (2011), seguindo três etapas básicas (Gráfico 1). Em consonância, com os princípios fundamentais do projeto político-pedagógico (GADOTTI, 2016).

Imagem 1. Fluxograma das etapas de extração dos dados do projeto político-pedagógico.



Fonte: Bardinn, 2011 (Com adaptações pelos autores de acordo com os princípios básico do PPP GADOTTI, 2016).

Configura-se a pré-análise como uma etapa de leitura flutuante e repetitiva do corpo textual, para a familiarização com o mesmo. Observando o período de construção e elaboração do PPP, identificar quem e como foi construído, além de saber se está regulamentado com a realidade local. No segundo passo, houve um tratamento de leitura mais denso, examinando o corpo do texto na busca por normativas e sugestões de plano de ação na perspectiva de educação em saúde, como práticas de ensino-aprendizagem, inserção de aulas práticas esportivas e ações de leitura e alfabetização científicas. E, para as análises, foram utilizados o software Word e Excel (2016) para organizar os dados.

Estratégia metodológica para atualização do PPP:

Para a elaboração de normativas no contexto de saúde na escola foram seguidos sete princípios fundamentais para um PPP democrático e autônomo como mostra no *Tabela 2.* (STURMER, 2018).

Tabela 2. Orientações para construção/atualização do Projeto Político-Pedagógico.

Princípios de Operacionalização:

1§ Fundamentar-se numa concepção de planejamento;

2§ Levar em conta que a preocupação maior da escola é o melhor atendimento ao aluno;

3§ Partir da avaliação objetiva das necessidades e expectativas de todos os segmentos escolares;

4§ Ser considerado como um processo sempre inconcluso, portanto, suscetível às mudanças necessárias durante sua concretização;

5§ Proporcionar a melhoria da organização administrativa, pedagógica e financeira da escola;

6§ Ser elaborado em termos de médio e longo prazo;

7§ Garantir a avaliação periódica da ação planejada para redimensionamento das propostas.

Princípios Teórico-Methodológicos:

1§ No desenvolvimento de uma consciência crítica;

2§ No envolvimento das pessoas: a comunidade interna e externa à escola;

3§ Na participação e na cooperação das várias esferas de governo;

4§ Na autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto do projeto.

Fonte: Padilha (2014)

Sabendo-se da importância dos princípios teórico-metodológicos (STURMER, 2018), participaram da elaboração de normativas para atualização do PPP servidores públicos da escola, os alunos e os pais, além de alguns servidores da Unidade Básica de Saúde (UBS) localizado na comunidade local, como enfermeiro, técnico de enfermagem e agentes de saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aspectos gerais do Projeto Político-Pedagógico

O projeto político-pedagógico teve a última alteração em novembro de 2017, no entanto, não houve uma atualização nos objetivos e ações da instituição desde 2015 *tabela 3*. Quanto aos princípios teórico-metodológicos de elaboração do documento *tabela 2*, nota-se que o PPP não teve uma participação democrática, como é previsto na legislação que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, art.3, VIII), uma vez que não houve cooperação de alguns atores importantes para um PPP democrático e autônomo. Evidenciou-se, somente, uma construção embasada na administração técnica, com a atuação de alguns servidores da instituição sob a supervisão da secretaria de educação. Na elaboração do PPP houve

apenas a participação de três pais, no qual somente contribuíram para narração da realidade da comunidade, quanto a outros atores importantes da comunidade, não houve a participação na elaboração do PPP.

A escola possui uma gestão designada pelo gestor municipal, uma concepção tradicional e não democrática. Há pouca interação com os pais dos alunos para a tomada de decisões, visto que, além da ausência dos pais, não se tem associação de um colegiado para contribuir ao desenvolvimento da instituição. O que se torna uma infelicidade, pois deve ser objetivo da escola articular-se com as famílias dos alunos e a comunidade escolar buscando uma integração com a sociedade dessa escola, como é colocado na nossa legislação (LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, art.12, VI).

A gestão do professor, do coordenador e da direção da escola foi atribuída a uma gestão autônoma. Evidenciou-se um poder de participação na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola, além de elaborar o seu planejamento de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Unidade e Ensino, propiciando aquisição do conhecimento científico, erudito e universal, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social do educando. O projeto político-pedagógico atribui ao professor uma função além das práticas pedagógicas em sala de aula. Concede participação nas decisões que envolvem questões da própria instituição de ensino.

Tabela 3. Fragmentos de Evidências e Características do Projeto Político-Pedagógico.

Área de estudo	Evidências	Principais Características
Última Atualização	Atualizado em novembro de 2017.	<i>A última atualização foi em 2017, devido à mudança de servidores públicos. Acrescentando os novos servidores. No entanto, as outras partes que contemplam o PPP teve sua última atualização em 2015.</i>
Gestão Autônoma	Sem evidencias: Busca por palavras-chave: <ul style="list-style-type: none"> • Gestão autônoma (SIM); • Autonomia do professor (SIM); • Autonomia da direção (SIM); 	<i>Foi evidenciado no projeto político-pedagógico questões referente ao processo de gestão autônoma da comunidade escolar.</i>

	<ul style="list-style-type: none"> • Autonomia financeira (<i>SIM</i>). 	
Gestão Democrática	<ul style="list-style-type: none"> • A escola não tem a prática de trabalhar com o colegiado e sim com o conselho escolar. • Ainda em relação à parceria escola/família, não existe, pois não há associação de pais. A participação da família se dá porém de forma passiva. • É composta pela Diretora designados em ato próprio pelo Gestor Municipal. 	<p><i>Apesar de haver a colaboração de alguns servidores para construção e tomada de decisão das necessidades da escola, ainda não há uma gestão democrática de fato. Pois, segundo o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/01 deve haver a parceria entre os servidores da instituição, alunos, pais e participação da comunidade local tanto para construção do PPP quanto para tomada de decisão.</i></p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

De acordo com a *tabela 4*, o marco referencial mostra uma dificuldade em encontrar informações oficiais que descrevam os aspectos históricos, geográficos e culturais da região onde a escola está inserida, quer seja em escala municipal, quer seja em escala comunitária. Diante disso, para escrever o marco referencial, a escola obteve cooperação de três moradores na comunidade local para relatar situações referentes à região. Em relação à realidade estrutural da escola, foi possível compreender que, apesar de haver compartimentos importantes para uma promoção à educação pensada na tecnologia e saúde na escola, algumas salas e prédios não estão em uso, como a sala de informática e a quadra poliesportiva.

Na análise situacional da comunidade que a escola está inserida, nota-se uma região com vulnerabilidade social, uma vez que existe falta de emprego, drogas, prostituição, ausência de uma infraestrutura básica e pouca perspectiva de um futuro melhor. E, por isso, é dever da escola agir e buscar criar um ambiente seguro para seus alunos, adotando estratégias de enfrentamento às drogas e incentivo à saúde (LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, art.12, XI).

Tabela 4. Análise introdutória do Projeto Político-Pedagógico.

ÁREA DE ESTUDO	TEORIA	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Marco Referencial	A escola está situada na zona rural da cidade de Piaçabuçu/Alagoas, uma comunidade ribeirinha com a economia da pesca e agricultura. Não existem registros históricos oficiais, dessa forma não há precisão quanto ao ano de sua fundação.	<i>Apesar da ausência de documentos oficiais que retratem sobre a realidade da comunidade, a escola buscou três moradores para ajudarem a escrever o marco referencial.</i>
Realidade da Escola	A escola possui seis (06) salas de aula, um (01) pátio recreativo, uma (01) secretaria, quatro (04) banheiros, sendo um WC masculino, um WC feminino, um para crianças portadoras de deficiência e um para o corpo docente, uma (01) cozinha, uma (01) dispensa, uma (01) sala de informática e uma (01) quadra poliesportiva.	<i>É uma escola com uma estrutura que atende aos critérios básicos de promoção a educação. Vale lembrar que, apesar de haver uma sala de informática e uma quadra poliesportiva, a escola não utiliza como suporte de promoção a uma educação pensada na ciência, tecnologia e saúde na escola.</i>
Contexto problemático da Comunidade Local	Os principais problemas que o afligem são o desemprego; a falta de infraestrutura básica, gerando poucas perspectivas aos jovens em idade produtiva; drogas; e prostituição, que também são problemas existentes entre a juventude.	<i>Nota-se que a escola está situada em uma comunidade que exige estratégias de promoção a um estilo de vida com qualidade e perspectiva de um futuro melhor.</i>
Contexto problemático da Comunidade Local	Os principais problemas que o afligem são o desemprego; a falta de infraestrutura básica, gerando poucas perspectivas aos jovens em idade produtiva; drogas; e prostituição, que também são problemas existentes entre a juventude.	<i>Nota-se que a escola está situada em uma comunidade que exige estratégias de promoção a um estilo de vida com qualidade e perspectiva de um futuro melhor.</i>

Fonte: Autor (2020)

Exploração do Projeto Político-Pedagógico e análise de dados:

A tabela 5 mostra o projeto político-pedagógico quanto aos objetivos e ações a serem executadas pela instituição. Nos objetivos, notou-se uma abordagem teórica construtivista sócia interacionista, caracterizando o estudante como ser social em um contínuo processo de aprendizagem, que é intensamente influenciado pela interação. E,

para esse objetivo, as ações foram descritas de forma geral, deixando aberta a interpretação do leitor e/ou executor das referidas ações.

Tabela 5. Descrição dos objetivos e ações a serem desenvolvidas pela escola de acordo com o Projeto Político-Pedagógico.

ÁREA DE ESTUDO	TEORIA
Objetivos a serem alcançados	<i>Consolidar os principais norteadores da instituição e os fundamentos que direcionam os que nela trabalham, cuidando e educando numa abordagem construtivista e sócia interacionistas, entendendo a criança como ser humano integral, interagindo intensamente com o seu meio social e em constante crescimento e desenvolvimento.</i>
Ações a serem desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Estimular o desenvolvimento da criança, respeitando seu nível de maturação; ✚ Procurar ajudar a criança a construir o seu conhecimento, trabalhando os aspectos cognitivo, afetivo, perceptivo, motor e social; ✚ Contribuir para que sua interação e convivência na sociedade sejam marcadas pelos valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito; ✚ Desenvolver a linguagem não verbal; ✚ Descobrir e desenvolver o cargo utilizado como meio de comunicação e expressão; ✚ Desenvolver a coordenação visa-motora a motora ampla e a motora fina.

Fonte: Autor (2020).

De acordo com a *tabela 5* o projeto político-pedagógico descreveu um objetivo construtivista sócio interacionista, estimulando o desenvolvimento marcado pela convivência, aspectos afetivos, motores e sociais. No entanto, quanto aos aspectos de promoção à saúde da criança, a *tabela 6* demonstra que não houve uma preocupação explícita e direta em proporcionar uma educação em saúde na instituição, o que é um transtorno no processo educacional dos infantis, visto que existem políticas públicas no Brasil de apoio e incentivo a uma educação voltada para o ensino à saúde.

Levando em consideração uma comunidade com problemas relacionados às drogas, prostituição e falta de saneamento básico (*tabela 4*), era para ser descrito no

documento práticas pedagógicas que trabalhassem aspectos de promoção à saúde. A *tabela 6* demonstra que o termo “saúde” não foi citado no documento, o que dá a entender a ausência dessa área nas ações a serem executadas, descritas na *tabela 5*.

Tabela 6.

QUESTÃO INVESTIGATIVA	PRESENTE / AUSENTE / INCOMPATÍVEL
Aplicação à realidade local:	<i>Incompatível</i>
Menção sobre saúde na escola:	<i>Ausente</i>
Interdisciplinaridade no contexto de educação em saúde:	<i>Ausente</i>
Orientação sobre práticas educativas na prevenção as doenças que tem na comunidade que a escola está inserida:	<i>Ausente</i>
Indicações sobre temas estratégicos de doenças para a implantação de normativas para promoção a saúde da comunidade escolar:	<i>Ausente</i>

Fonte: Autor (2020).

Propostas de ações/metasp para educação em saúde:

Com auxílio da comunidade escolar, pais, alunos e outros atores na comunidade local foram descritos no projeto político-pedagógico alguns objetivos e metas para promoção a saúde dos estudantes e servidores da instituição de ensino. Conforme a *tabela 7*, foi inserido no objetivo geral a proposta de ações educativas em saúde, desenvolvimento sustentável e direitos humanos, consolidando um PPP voltado a contribuir com a resolução de problemas da comunidade local. No uso do letramento e alfabetização, aderiu-se a prática da concepção científica, utilizando do contexto de educação e saúde como ferramenta de ensino. Além da promoção a saúde dos estudantes, também foi agregada ações voltadas à saúde dos servidores da instituição.

Tabela 7. Normatização de objetivos no Projeto Político-Pedagógico.

Objetivo geral:

- Consolidar os princípios norteadores da instituição e os fundamentos que direcionam os que nela trabalham, tais como: saúde, desenvolvimento sustentável e direitos humanos; cuidando e educando numa abordagem construtivista e sócia interacionista, entendendo a criança como ser humano integral, interagindo intensamente com o seu meio social e em constante crescimento e desenvolvimento.
-

Objetivos específicos:

- Contribuir para o desenvolvimento do estudante no contexto de promoção à saúde;
 - Estimular o pensamento crítico quanto às problemáticas globais e locais sobre saúde e educação, por meio do letramento e alfabetização científica;
 - Buscar atividades que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem em saúde;
 - Desenvolver a linguagem verbal e não verbal no contexto de educação em saúde.
-

Fonte: PPP (2020)

Com o objetivo de promover a saúde dos escolares, pais e servidores da instituição, foram normatizadas algumas metas no projeto político-pedagógico. De acordo com a tabela 8, a escola inseriu ações esportivas como futebol, formando times e campeonatos, uma forma de promover a saúde por meio do esporte, com a maior integração dos alunos na escola por meio da motivação. Quanto ao processo de letramento e alfabetização científica, a escola incluiu como meta a oferta de formação continuada para capacitar os professores. Como consequência das formações continuadas, os professores promoverão encontros pedagógicos no contexto de educação em saúde da comunidade escolar, por meio de palestras e oficinas, uma vez que um dos princípios previstos pela lei para a gestão do ensino público na educação básica é a participação conjunta dos profissionais do instituto e da comunidade escolar*.

Com a necessidade de garantir uma qualidade de vida melhor aos servidores e pais dos alunos, a escola adotou medidas esportivas de promoção da saúde desses, aderindo aulas de atividade e exercício físicos.

Tabela 8. Normatização das metas no Projeto Político-Pedagógico.

Inclusão de esportes, como exemplo: formação de times de futebol;
Encontros pedagógicos no contexto de alfabetização e letramento científico na promoção à saúde dos escolares;
Oficinas e palestras de questões referentes à saúde da comunidade escolar;
Oferta de formação continuada para os professores sobre educação em saúde na escola;
Oferta de atividade física para todos os servidores da instituição, os pais dos alunos e moradores da comunidade local.

Fonte: PPP (2020).

Projeto Político-Pedagógico e Realidade Comunitária:

Nos sistemas educacionais, o projeto político-pedagógico é um documento oficial que permite compreender os objetivos da escola além de orientar ações pedagógicas (ASHTON; MAH; RIVERS, 2019). No entanto, o PPP é muito mais que um documento escrito, é um “fato social” que carrega traços da crença e cultura de quem o elaborou (YOUNG, 2014). Na análise da tabela 4 pode-se notar que o documento curricular da escola possuía ausência de informações do marco referencial, justamente por essa ausência de atores importantes para construção do PPP, foi aderido um documento com poucos traços da realidade local.

Os objetivos e metas do projeto político-pedagógico da instituição de ensino não corresponderam com as reais necessidades educacionais da comunidade local, isso ocorre justamente pelo fato de que muitos documentos institucionais são elaborados de forma técnica e generalista (FURTADO; MARCO, 2017). A realidade da comunidade local está caracterizada por uma incidência a enfermidades, principalmente as doenças cardiovasculares (SANTOS; PORTO, 2020), no entanto, o PPP quando analisado não correspondeu ao seu potencial de transformação social para melhorar a qualidade de vida dos estudantes e afins, por meio de educação em saúde. Evidenciou-se então que o projeto político-pedagógico no contexto do marco referencial não problematizou de forma a promover a saúde de toda comunidade escolar, pelo contrário, estabeleceu uma

série de práticas pedagógicas com abordagem generalista e sem especificidade da comunidade local.

Para Veiga, o PPP é considerado um projeto político porque está ligado a um compromisso social com a comunidade que a escola está inserida e essa dimensão só se cumpre quando realizada em sua prática (VEIGA, 1997). Logo, quando a concepção política é omitida do projeto político-pedagógico, o documento se transforma em uma escrita técnica, uma vez que restringe o compromisso político e conseqüentemente uma ausência de posição para solucionar os conflitos existentes quer na escola, quer na comunidade local (VASCONCELOS, 2008).

Diante desse contexto, a ausência do posicionamento quanto às problemáticas de educação em saúde na escola acarretou a carência de normatização de práticas pedagógicas que incentivem a prevenção e promoção de saúde aos escolares e servidores da instituição. Isto porque cada escola abrange uma realidade diferente, logo é necessário um projeto político específico para cada realidade escolar (BOAS, 2005). Além disso, não parece ter ocorrido busca em relação a um possível auxílio governamental; existe o Programa Saúde na Escola, implementado no ano de 2007, que tem como finalidade a formação dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, inclusive, um dos objetivos escrito em lei é o enfrentamento de vulnerabilidades que comprometam o desenvolvimento educacional, que, nesse caso, é uma comunidade com casos de drogas e prostituição. Todos os municípios estão aptos à adesão do programa, o qual apresenta até incentivo financeiro para a implementação, portanto, é possível observar o quão benéfico à busca de uma política auxiliar como essa seria para toda a comunidade escolar.

Necessidade de uma reestruturação curricular:

Devido à ausência do posicionamento político quanto à promoção a saúde dos escolares e servidores públicos da instituição, foi necessária a normatização de novos objetivos e metas que garantissem ações pedagógicas no contexto de saúde na escola. Estudos recentes afirmam que a região local no qual a escola está inserida tem uma incidência tanto de fatores de risco quanto das doenças cardiovasculares, como: hipertensão, diabetes mellitus, tabagismo, álcool, sedentarismo e ausência de alimentação rica em nutrientes funcionais (FERREIRA et al., 2019; SANTOS; PORTO, 2020; LIMA et al., 2020). Nesse cenário, órgãos oficiais da área médica orientam

práticas educativas como ferramenta eficaz na prevenção, promoção e/ou retardamento das complicações da enfermidade (SÁ et al., 2016; MENDES; FERNANDEZ; SACARDO, 2016; OLIVEIRA et al., 2017). Com base nisso, o PPP normatizou a prática de atividades e exercícios físicos para os escolares, pais, moradores da comunidade e servidores da instituição.

Não só o uso de medicamentos, mas a prática do exercício físico tem demonstrado uma importante ferramenta ao tratamento de doenças cardiovasculares e seus fatores de risco, exemplos disso são diabetes mellitus, obesidade e hipertensão (ROHDE et al., 2018; GOMES; PAGAN; OKOSHI, 2019; MARTINS-SANTOS et al., 2020). Atualmente, as doenças cardiovasculares têm sido classificadas como uma das principais causas de morte em todo globo (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2019). Quanto às formas de tratamento com o uso do exercício físico, a prática regular implica em uma preconização as doenças cardiovasculares e alguns benefícios como melhora na composição corporal, melhor desempenho dos agentes antioxidantes do corpo, resistência à insulina e melhor qualidade de vida (PAGAN, 2015; GOMES et al., 2016; GHORBANZADEH et al., 2017; WINTER et al., 2018; NADERI et al., 2019; REYES et al., 2019).

Nesse sentido, foi normatizada a formação do time de futebol para os estudantes, com treinos semanais e torneios a cada semestre. Quanto à promoção de saúde aos pais, moradores da comunidade local e servidores da instituição foi objetivada a prática do *zumba* uma vez por semana, esses exercícios aeróbicos são importantes para redução da resistência vascular e conseqüentemente diminuição da pressão arterial (GOMES et al., 2017; LEMOS et al., 2018).

Na promoção a saúde é necessária à inserção da teoria e prática para melhor efetividade. A alfabetização e letramento científico não são práticas pedagógicas limitadas por determinados conteúdos, mas um procedimento pedagógico caracterizado pela formação de pensamentos e atitudes, atributos fundamentais para formação cidadã (SANTOS, 2006; SASSERON, 2015; SASSERON; CARVALHO, 2018). Com isso, além de inclusão das práticas esportivas, foram integradas ações pedagógicas de promoção à alfabetização e ao letramento científico como estratégia de fomentar um pensamento crítico dos estudantes quanto às implicações de uma busca a saúde de qualidade.

A alfabetização e letramento científico normatizaram-se por meio de encontros quinzenais, um exemplo de uma ação proposta foi o teatro com contos e causos sobre

histórias com alusões a exemplos de prevenção as doenças, além dos processos de alfabetização tradicionais com o uso leitura e escrita. Nesses aspectos, a didática é essencial para uma integralização e melhor efetividade dos objetivos, esse trabalho incentiva os alunos a lerem e escreverem melhor, uma vez que a proposta da prática pedagógica exige leitura e escrita dos alunos. Uma prática de produção e leitura de textos desperta criatividade e melhora a gramática linguística, sendo uma ferramenta importante para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos (OLIVEIRA, 2016).

Integralização do aluno e promoção à saúde:

A elaboração do projeto político-pedagógico contextualizado na saúde, desenvolvimento e direitos humanos faz que com o aluno seja mais participativo no processo de ensino-aprendizagem, acarretando em um melhor desempenho acadêmico (SCHAUB; HENCK; BAKER, 2017). Nesse aspecto, a integralização das ações esportivas na instituição desenvolveu um papel importante na socialização entre os estudantes e servidores públicos, além de melhorar o rendimento escolar, pois, para participarem das atividades esportivas, foi exigido dos alunos um compromisso maior com as atividades de sala de aula.

Na produção de escrita, as crianças aprimoram a oralidade antes da própria escrita, uma vez que instiga do aluno “o que dizer” (CALKINS, 1989). Logo, os estudantes constroem uma narrativa que podem incorporar com as experiências vividas e escutadas. Nas práticas de letramento e alfabetização, os alunos puderam vivenciar a socialização por meio da troca de conhecimento e experiência, uma vez que todo indivíduo é dotado de experiências, conseqüentemente adquirindo conhecimento (MOREIRA et al., 2017). Essa prática favoreceu uma melhor integralização dos alunos na escola, pois os servidores públicos da instituição puderam perceber o que os alunos já sabiam e os quais não sabiam para melhor planejamento pedagógico de ensino.

Por fim, a normatização do zumba como prática esportiva com os pais dos alunos, moradores locais e servidores da instituição puderam promover melhor parceria entre a instituição, pais e comunidade em geral, efetivando um projeto político-pedagógico autônomo e democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A normatização de ações pedagógicas no contexto de saúde na escola no Projeto Político-Pedagógico favoreceu melhor integralização dos estudantes com a instituição de ensino para uma promoção a saúde, além proporcionar melhor parceria entre a comunidade e a instituição. O referido trabalho pode implicar na construção de um projeto politizado, voltado as reais necessidades da comunidade local, fortalecendo um PPP autônomo e democrático.

Portanto, é necessário que haja além de normativas que assegurem um PPP no contexto de saúde na escola para promoção a saúde, diretrizes governamentais que possam investigar e avaliar se realmente estão colocando os objetivos e metas em prática. Além disso, a participação dos pais e moradores em geral da comunidade é importante para a elaboração do PPP voltado as necessidades do entorno.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, O. M. R.; CAMPOS, H. M.; ALVES, C. S.; MARTINS, A. M. Percepções de estudantes e educadores sobre alimentação adequada e saudável: Diálogos com a promoção da saúde. **Revista eixo**, 5(3), 71-81, 2016.

ASHTON, E. J.; MAH, K. W.; RIVERS, P. L. Spatialising the curriculum. **Journal of Curriculum Studies**, 1-18, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** 4ªed. Lisboa: Edições, v. 70, p. 1977, 2011.

BOAS, B. M. F. V. **O projeto político-pedagógico e a avaliação**. In.: VEIGA, I.P.A.; RESENDE, L.M.G (Orgs). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. 8.ed. Campinas, Papirus, 179-198, 2005. BRASIL. Lei n 12.527 de 18 de novembro de 2011.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Sobre a Vigilância de DCNT (2018a). Acessar em: <https://www.saude.gov.br/artigos/43036-sobre-a-vigilancia-de-dcnt>. Último acesso em: 17/02/2020.

BRASIL - **LDBE** - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Acessa em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11694640/artigo-12-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>: último acesso em:14/01/2020.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Nota informática (2018b). Acessar em:<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/novembro/23/Nota-informativan-final.pdf>. Último acesso em: 26/03/2020.

CALKINS, L. M. A arte de ensinar a escrever – o desenvolvimento do discurso escrito. Porto Alegre: **Artes Médicas**, 1989.

FERREIRA, N.; NASCIMENTO, M.; GENESTRA, M. Promoção da saúde com ênfase na atividade física e alimentação saudável. **Cadernos UniFOA**, 4(1 (Esp.)), 91-96., 2017.

- FERREIRA, R. C.; VASCONCELOS, S. M. L.; SANTOS, E. A. D.; PADILHA, B. M. Evaluation of consumption of food and predictors of cardiovascular risk in hypertensive protectors of the State of Alagoas, **Brazil. Ciencia & saude coletiva**, 24, 2419-2430, 2019.
- FURTADO, V. Q.; MARCO, A. O Projeto Político Pedagógico e as normas complementares para a rede de ensino na Educação Infantil. **Olhares & Trilhas**, 21.3: 379-394, 2019.
- GADOTTI, M. Dimensão política do projeto pedagógico da escola. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Diretoria de Capacitação de Recursos Humanos PROCAD–Projeto de Capacitação de Dirigentes Fase Escola Sagarana. **Acervo Moacir Gadotti**, 2016.
- GHORBANZADEH, V.; MOHAMMADI, M.; DARIUSHNEJAD, H.; ABHARI, A.; CHODANAI, L.; MOHADDES, G. Cardioprotective effect of crocin combined with voluntary exercise in rat: Role of Mir-126 and Mir-210 in heart angiogenesis. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, 109(1):54-62, 2017.
- GOMES, M. F. P.; BORGES, M. E.; ROSSI, V. D. A.; MOURA, E. D. O. C. D.; MEDEIROS, A. The effect of physical resistance training on baroreflex sensitivity of hypertensive rats. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, 108(6):539-45, 2017.
- GOMES, M. J.; MARTINEZ, P. F.; CAMPOS, D. H. S.; PAGAN, L. V.; BONOMO, C.; LIMA, A. R.; Garcia, C. M. Beneficial effects of physical exercise on functional capacity and skeletal muscle oxidative stress in rats with aortic stenosis-induced heart failure. **Oxid Med Cell Longev**, 8, 695-716, 2016.
- GOMES, M. J.; MARTINEZ, P. F.; PAGAN, L. U.; DAMATTO, R. L.; CEZAR, M. D. M.; LIMA, A. R.; OKOSHI, M. P.. Skeletal muscle aging: Influence of oxidative stress and physical exercise. **Oncotarget**, 8(12):1235-45, 2017.
- GOMES, M. J.; PAGAN, L. U.; OKOSHI, M. P. Tratamento Não Medicamentoso das Doenças Cardiovasculares! Importância do Exercício Físico. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, 113.1: 9-10, 2019.
- GUEDES, R. M. O profissional da informação frente à lei de acesso à informação pública: condutas possíveis. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 28, n. 2, p. 59-72, 2014.
- LEMONS, M. P.; MOTA G. R. D.; MAROCOLO, M.; MOURA, E. O. C; MEDEIROS, A. Exercise training attenuates sympathetic activity and improves morphometry of splenic arterioles in spontaneously hipertensive rats. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, 110(3):263-9, 2018.
- LIMA, R. B.; FERREIRA, H. S.; CAVALCANTE, A. L.; SANTOS, L. G. M.; VIEIRA, R. C. S.; ASSUNÇÃO, M. L. Coverage and educational actions related to the national vitamin A supplementation program: a study in children from the state of Alagoas. **Jornal de Pediatria (Versão em Português)**, 96(2), 184-192, 2020.
- LOPES, I. E.; NOGUEIRA, J. A. D.; ROCHA, D. G. Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e Promoção da Saúde: revisão integrativa. **Saúde em Debate**, 42(118):773–89,2018.
- MALLMANN, E. M. Pesquisa-ação educacional: preocupação temática, análise e interpretação crítico-reflexiva. **Cadernos de pesquisa**, v. 45, n. 155, p. 76-98, 2015.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1990. _.
Anuário Telecom, 2010.

MARTINS-SANTOS, C. F. et al. O exercício físico como tratamento e prevenção de doenças cardiovasculares. **JIM-Jornal de Investigação Médica**, 1.1: 26-33, 2020.

MD – **Ministério da Defesa. Sobre a Lei de Acesso à Informação**. Acessar em: <https://www.defesa.gov.br/sobre-lei-de-acesso-a-informacao>. Último acesso em:04/04/2020.

MENDES, R.; FERNANDEZ, J. C. A.; SACARDO, D. P. Promoção da saúde e participação: abordagens e indagações. **Saúde em Debate**, 40(108):190–203, 2016.

Ministério da Saúde - **Carderno de Atenção Básica. SAÚDE DA CRIANÇA: CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO**. Acessar em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento_1ed.pdf. Último acesso em: 25/02/2020.

MOREIRA, R. P. D. S.; PIRES, C. M. D. S. A GEOGRAFIA DO COTIDIANO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO. **In Anais do Congresso Internacional de Educação e Geotecnologias-CINTERGEO**, 1, 73-74, 2017.

NADERI, R.; MOHADDES, G.; MOHAMMADI, M.; ALIHEMMATI, A.; KHAMANEH, A.; GHYASI R, R.; GHAZNAVI, R. The effect of garlic and voluntary exercise on cardiac angiogenesis in diabetes: The role of Mir-126 and Mir-210. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, 112(2):154-62, 2019.

OLIVEIRA, A. R. C.; SANTOS, A. L. B.; AGUIAR, J. B.; FRANCHI, K. M. B.; JUNIOR, J. A. Atividade Física e Promoção da saúde na escola: coletânea de estudos, **Editora da Universidade Estadual do Ceará**, 424-434, 2017.

OLIVEIRA, E. C. A autoria: a criança e a escrita de histórias inventadas. **Editora da Universidade Estadual de Londrina**, 2º edição, 2016.

OMS — **Organização Mundial da Saúde**. Ten threats to global health in 2019. ACESSA em: <https://www.who.int/news-room/feature-stories/ten-threats-to-global-health-in-2019>. Último acesso em: 12/11/2019.

OPAS – **Organização Pan-Americana da Saúde**. Doenças cardiovasculares. ACESSA em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5253:doencas-cardiovasculares&Itemid=1096: último acesso em:04/03/2020.

PAGAN, L. U.; DAMATTO, R. L.; CEZAR, M. D.; LIMA, A. R.; BONOMO, C.; CAMPOS, D. H.; ROSA, C. M. Long-term low intensity physical exercise attenuates heart failure development in aging spontaneously hypertensive rats. **Cell Physiol Biochem**. 36(1):61-74, 2015.

BRASIL —**Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm. Acesso em: 15 de Jun, 2020.

REYES, D. R. A.; GOMES, M. J.; ROSA, C. M.; PAGAN, L. U.; ZANATI, S. G.; DAMATTO, R. L.; LIMA, A. R.. Exercise during transition from compensated left ventricular hypertrophy to heart failure in aortic stenosis rats. **J Cell Mol Med**, 23(2):1235-45, 2019.

ROHDE, L. E. P.; MONTERA, M. W.; BOCCHI, E. A.; COLANFRANCESCHI, A. S.; FREITAS, A.; FERRAZ, A. S. Diretriz brasileira de insuficiência cardíaca crônica e aguda. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**, 111(3):436-539, 2018.

SÁ, G. B. A. R.; DORNELLES, G. C.; CRUZ, K. G.; AMORIM, R. C. A.; ANDRADE, S. S. C. A.; OLIVEIRA, T. P.; SOUZA, M. D. F. M. D. O Programa Academia da Saúde como estratégia de promoção da saúde e modos de vida saudáveis: Cenário nacional de implementação. **Ciência e Saúde Coletiva**, 21(6):1849–60, 2016.

SANTOS, E. F. A.; PORTO, C. S. Perfil epidemiológico, percepção de doenças cardiovasculares e fatores de risco em duas comunidades quilombolas no estado de alagoas. In: Giselle Medeiros da Costa One; Maria Luiza Souto Porto. (Org.). SAÚDE a serviço da vida 2. (Org.). **Instituto Medeiros de Educação Avançada - IMEA**, 2020, v. 2, p. 982-1004, 2020.

SANTOS, W. L. P.; GAUCHE, R.; MÓL, G.S; SILVA, R. R.; BAPTISTA, J. A. Formação de professores: uma proposta de pesquisa a partir da reflexão sobre a prática docente. **Ensaio-Pesquisa em Educação em Ciências**. V.8, n.1, 2006.

SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. **Almejando a alfabetização científica no ensino fundamental: a proposição e a procura de indicadores do processo**. **Investigações em Ensino de Ciências**. Porto Alegre, v13(3), p.333-352, 2008.

SASSERON, L. H. **Alfabetização Científica, ensino por investigação e argumentação: relações entre Ciência da natureza e escola**. Ensaio: Belo Horizonte, v.17, n. especial, p.49-67, 2015.

STÜRMER, A. B. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. **INTERFACES DA EDUCAÇÃO**, 9(26), 354-359, 2018. UFAL – Universidade Federal de Alagoas. Legislação. Acessar em:< <https://ufal.br/ufal/pesquisa-e-inovacao/etica/pesquisa/legislacao>>. Último acesso em: 07/04/2020.

SCHAUB, M.; HENCK, A.; BAKER, D. P. A "criança inteira" globalizada: entendimentos culturais de crianças e infância na política multilateral de desenvolvimento da ajuda, 1946-2010 . **Comparative Education Review** , 61, 298 – 326, 2017.

SIQUEIRA, S. M. C.; JESUS, V. S.; SANTOS, E. N. B.; WHITAKER, M. C. O.; SOUSA, B. V. N.; Camargo CL de. Extension activities, health promotion and sustainable development: the experience of a nursing research group. *Esc Anna Nery* - **Revista de Enfermagem**, 21(1), 2017.

VASCONCELOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Libertad, 2008.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In.: VEIGA, I.P.A.(Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 4.ed. Campinas, SP: Papyrus, p.11-36, 1997.

WINTER, S. C. N.; MACEDO, R. M.; FRANCISCO, J. C.; SANTOS, P. C.; LOPES, A. P. S.; MEIRA, L. F.; GUARITA-SOUZA, L. C.. Impact of a high-intensity training on ventricular function in rats after acute myocardial infarction. **Arquivo Brasileiro Cardiologia**, 110(4):373-80, 2018.

YOUNG, M. What is a curriculum and what can it do?. **Curriculum Journal**, 25(1), 7-13, 2014.